



TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 38 - Nº 1.844 - R\$ 2 - GOIÂNIA, 10 A 16 DE MAIO DE 2026
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

RESPONSABILIDADE

Goiás lidera avanço em gestão pública e solidez fiscal no país

Estado foi o que mais evoluiu nos indicadores avaliados entre 2023 e 2025 no ranking do Centro de Liderança Pública (CLP), que mede a evolução dos estados no período. **Página 7**



Divulgação

ENTREVISTA

GILBERTO MARQUES NETO

Presidente da SGPA

“O produtor brasileiro está cada vez mais preparado”

Nesta entrevista, o presidente da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA) fala sobre o atual cenário da pecuária brasileira, os avanços conquistados nos últimos anos e as perspectivas para o futuro do setor. Ele também analisa o impacto das novas tecnologias, a importância da qualificação do produtor rural. **Páginas 4, 5**



Divulgação

ESCOLA

Educação de Goiânia promete greve após impasse entre servidores e Prefeitura



Paralisação começa no dia 12 e reúne reivindicações salariais, cobrança por melhores condições de trabalho e críticas à possível terceirização da merenda. **Página 12**

SEBUC-GO

APARECIDA DE GOIÂNIA

De cidade dormitório a protagonista industrial



Aparecida completa 104 anos crescendo e disputando lugar de destaque em Goiás. **Página 10**

Divulgação

DISPUTA

Oposição a Daniel segue sem antagonista consolidado

Wilder aposta no bolsonarismo e na mobilização conservadora; Marconi tenta reativar memória do “Tempo Novo” enquanto PT segue sem candidatura definida em Goiás. **Página 9**



Divulgação

TRIBUNA POLÍTICA

Vaquinha eleitoral

Pré-candidatos às eleições de 2026 já poderão divulgar campanhas de financiamento coletivo pela internet a partir de 15 de maio. **Página 3**

ELEIÇÕES

Nova cláusula de barreira redesenha mapa partidário de 2026. Com fusões, debandadas e o sufoco dos partidos médios, a corrida pelas bancadas federais aumenta o poder dos caciques. **Página 6**

HERIVELTO NUNES

Balanços de 2025 mostram realidades distintas entre clubes. Goiás amplia déficit milionário, Atlético fecha no azul e Vila acende alerta financeiro. **Página 11**

Página 11

EDITORIAL

Flores não **bastam**

Neste domingo, o comércio estará lotado, restaurantes disputarão reservas e campanhas publicitárias repetirão a velha fórmula da celebração perfeita do Dia das Mães. Entre promoções, homenagens e mensagens emocionadas, o Brasil mais uma vez transformará a data em um grande evento de consumo. Mas, diante da realidade enfrentada diariamente por milhões de mulheres, especialmente mães, é impossível ignorar uma pergunta incômoda: o que realmente há para comemorar?

O país chega a mais um Dia das Mães marcado por números alarmantes. Apenas no primeiro trimestre de 2026, 399 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil. Em média, uma mulher foi assassinada por razões de gênero a cada cinco horas. O cenário é ainda mais preocupante porque sucede um 2025 já considerado o ano mais letal desde que o feminicídio passou a ser tipificado como crime. A maioria dessas mortes ocorre dentro de casa, justamente no espaço que deveria representar proteção e segurança. Em quase 90% dos casos, os assassinos são companheiros ou ex-companheiros.

Em Goiás, assim como em diversas regiões do país, o aumento da violência contra a mulher revela uma realidade que nenhuma campanha publicitária consegue esconder. Muitas mães vivem entre o medo, a sobrecarga e a ausência de políticas públicas capazes de oferecer proteção efetiva. Outras sequer sobreviveram para receber um abraço neste domingo.

A desigualdade econômica amplia ainda mais esse abismo. Mesmo ocupando funções equivalentes às dos homens, mulheres brasileiras seguem recebendo salários menores. A diferença média ultrapassa 21%, reflexo de uma estrutura histórica que insiste em desvalorizar o trabalho feminino. Quando uma mãe ganha menos, toda a família sente o impacto: menos acesso, menos oportunidades, menos autonomia e maior vulnerabilidade.

Celebrar o Dia das Mães sem discutir essa realidade é reduzir a data a um ritual vazio. Flores, presentes e mensagens são gestos legítimos de carinho, mas insuficientes diante de um país que ainda falha em garantir segurança, respeito e igualdade às mulheres. Mais do que homenagens de um domingo, mães brasileiras precisam de dignidade durante todos os dias do ano.

ARTIGO

Maternidade não pode ser sinônimo de sobrecarga

A conhecida frase “ser mãe é padecer no paraíso” revela mais do que um paradoxo; ela denuncia uma estrutura social profunda. Sob o véu da romantização, esconde-se uma experiência marcada por ambivalências: amor e exaustão, potência e invisibilidade, criação e apagamento.

Em sociedades patriarcais, a maternidade foi historicamente construída como o destino natural das mulheres, mas sem o devido reconhecimento social, econômico e simbólico. Quando o ato de cuidar é atravessado por sobrecarga, isolamento e culpa, ele deixa de ser um espaço de florescimento para se tornar um campo de desgaste contínuo.

Estudos longitudinais mostram uma piora consistente da saúde mental

materna nas últimas décadas. Relatórios recentes apontam que a proporção de mães que se consideram em excelente estado psicológico caiu drasticamente, enquanto aumentaram os relatos de bem-estar regular ou insuficiente.

Nove em cada dez mães no Brasil sofrem de burnout parental, uma exaustão emocional extrema decorrente da sobrecarga de cuidados e da ausência de redes de apoio sólidas. Esses dados revelam uma verdade incômoda: a maternidade, como estruturada hoje, adoce mulheres — não por falha individual, mas pela exigência de dar conta de tudo sozinhas.

A responsabilização quase exclusiva das mães pela educação e pelo desenvolvimento das crianças

revela uma falha estrutural. Embora recaia sobre elas o peso do cuidado, evidências mostram que o desenvolvimento infantil é influenciado também pela saúde mental paterna e pelo contexto familiar como um todo. Ainda assim, a cobrança cultural segue concentrada sobre as mulheres.

Há uma contradição central na modernidade: fala-se em autocuidado, mas não se transformam as condições que o tornam possível. Sem redistribuição de responsabilidades, a valorização individual se torna apenas mais uma cobrança.

Nos últimos anos, o debate sobre o cuidado como um trabalho fundamental e desigualmente distribuído tem ganhado força. Sem políticas públicas efetivas (como aces-

so à saúde mental, educação integral e licenças parentais) a maternidade seguirá sendo um espaço de sobrecarga.

É necessário deslocar a pergunta central de nossa sociedade: não se trata de questionar “como as mães podem aguentar?”, mas sim “por que permitimos que elas sigam sozinhas?”. Uma experiência que exige o autoapagamento não é dotada de respeito; é uma forma sutil de violência institucionalizada contra a humanidade da mulher.

Reconhecer a potência das mães não deve significar a naturalização de sua sobrecarga. Mulheres realizam feitos extraordinários, mas esse heroísmo não pode continuar sendo usado como justificativa para que continuem sem suporte.

ARTIGO

Amor de mãe **cura tudo?**

Amor de mãe cura tudo.

Essa é uma das frases mais repetidas — e raramente questionada.

A crença de que o amor materno, por si só, é suficiente, é uma das maiores injustiças dentro da já complexa relação entre mãe e filha. A partir daí, a mãe precisa ser tudo. Forte o tempo todo. Segura. Sem falhas. Sem dores. Sem dúvidas. Precisa dar conta, proteger, resolver... sempre. E a filha? Precisa ser grata. Compreensiva. Resiliente. Precisa entender, aceitar, perdoar.

Relações idealizadas são carregadas de culpa, peso e expectativas inatingíveis. O problema começa quando essa idealização sufoca a realidade. É preciso aceitar que nem todo amor acolhe. Nem toda presença é presente — há quem esteja ao lado sem nunca ter chegado perto.

Há relações marcadas por controle disfarçado de preocupação, por silêncios que punem mais do que gritos e por uma ausência emocional que não vem necessariamente da falta de amor, mas da

forma como ele se manifesta.

É nesse espaço que se formam inseguranças profundas. Pessoas que aprendem a se ajustar, a se diminuir, a se moldar, implorando para serem vistas e que, sem perceber, seguem em busca de validação no amor, no trabalho e nas relações.

Parece errado admitir que o amor também pode ferir. Mas pode. E reconhecer isso não é ingratidão e nem diminui o amor, só o torna mais leve e possível. Porque, no fim, se o amor de mãe nem sempre cura tudo, é a humanização que começa a curar a dor que nasce dele.

Humanizar é reconhecer que, às vezes, quem feriu também estava ferida — e que por trás da mãe existe uma mulher real, com limites, medos e inseguranças. Mães que controlam, cobram ou silenciam, carregam histórias que não foram cuidadas. São mulheres que também não foram acolhidas, que tiveram que aprender a dar o que nunca receberam por inteiro.

Quando a idealização

morre, a relação nasce. No fim, não é sobre culpar nem absolver. É sobre enxergar. Enxergar que nem todo amor soube amar do jeito que se precisava ou se esperava. E, sim, isso dói e marca — mas não precisa aprisionar.

Chega um ponto em que a história deixa de ser sobre o que faltou e passa a ser sobre o que se escolhe fazer com isso.

É essa escolha que rompe o ciclo e permite parar de buscar fora o que só pode ser construído dentro. É quando já não se espera mais ser visto — porque, aos poucos, se aprende a se enxergar.



Fernanda Salerno é professora e autora de “O Amor Que a Dor Pariu”, livro autobiográfico que nasceu do processo de reconstrução afetiva com a mãe.



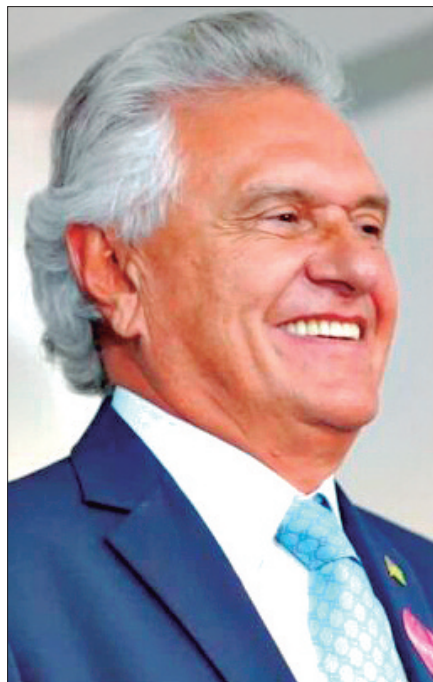
Berenice Shakti é fisioterapeuta pélvica, especialista em saúde pélvica e sexualidade, além de autora dos livros “O Diário de Adelaine” e “Cartas para Adelaine”



Andreia Bahia
abahiagyn@gmail.com



Sudoeste no radar



Fotos: Divulgação

Sai do Juizado

A Justiça de Goiás retirou do Juizado Especial Criminal uma das queixas-crime apresentadas pelo prefeito de Goiânia, Sandro Mabel (UB), contra o vereador Igor Franco (MDB). O juiz Dante Bartoccini acolheu manifestação do Ministério Público e determinou a redistribuição do caso para uma vara criminal comum.

Sátira e deep fake

A ação foi movida após publicações de Igor com tom de sátira sobre a ausência do prefeito, que viajou neste sábado (9) para eventos em Lisboa e Nova York. A defesa de Mabel sustenta que houve utilização de conteúdos manipulados com inteligência artificial e produção de deep fake para desgastar a imagem do prefeito nas redes sociais.

Pena ampliada

Mabel acusa o vereador dos crimes de difamação e injúria em ambiente virtual. O Ministério Público entendeu que incide no caso, a ser investigado, a causa de aumento de pena prevista a crimes contra a honra cometidos em redes sociais. Com isso, a soma das penas máximas ultrapassaria o limite permitido para tramitação no Juizado Especial Criminal.

Eleição no Crea

Candidato à presidência do CREA-GO, o engenheiro Idalino Hortêncio defende mudanças no modelo de cobrança da anuidade dos profissionais de engenharia, agronomia e geociências. A principal proposta é criar uma política de escalonamento baseada na quantidade de ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) emitidas, no modelo "quem produz mais paga menos". Em 2026, a cota única da anuidade para profissionais de nível superior foi fixada em R\$ 704,51. O candidato pretende levar ao Confea a discussão sobre descontos proporcionais para profissionais com maior volume de serviços registrados e defende a redução do valor das ARTs, que atualmente ultrapassam R\$ 100 no valor mínimo.

Depois de passar por Jaraguá e Luziânia, o projeto "Pra Frente Goiás" desembarcou neste sábado (9) em Rio Verde, em uma ofensiva estratégica da base governista no principal reduto do agronegócio goiano. O encontro, realizado no Sindicato Rural, reuniu o ex-governador Ronaldo Caiado (PSD), o governador Daniel Vilela (MDB), a primeira-dama Gracinha Caiado, o prefeito Wellington Carrijo, além de lideranças do Sudoeste. Mais do que o lançamento de pré-candidaturas, o

evento é visto como demonstração de força política em uma região historicamente disputada pelo PL e pelo bolsonarismo. A base aliada quer consolidar presença no agro e ampliar a musculatura do grupo para 2026. Na programação, foram apresentadas as pré-candidaturas de Caiado à Presidência da República, Daniel Vilela ao Governo de Goiás, Lucas do Vale à Câmara Federal e Paulo do Vale à Assembleia Legislativa, além dos nomes que disputarão o Senado pela base governista.



A deputada federal Delegada Adriana Accorsi (PT) também cumpriu agenda em Rio Verde na sexta-feira (8), onde se reuniu com integrantes do Movimento Terra Livre e lideranças de seis cidades da região. O PT deve anunciar a decisão sobre a disputa pelo governo de Goiás esta semana, e não está descartada a pré-candidatura da deputada, melhor colocada do PT nas pesquisas de intenção de votos. Ela não tem interesse na disputa, mas o PT prioriza a formação de um palanque forte para Lula em Goiás.

Redes no centro da disputa

Levantamento "Termômetro das Redes: Eleições 2026", produzido pela AND, ALL em parceria com a Polis Consulting, aponta que o debate político nas plataformas digitais já é marcado por forte polarização, influência de perfis anônimos e uso crescente de inteligência artificial. A pesquisa analisou mais de 20 mil conversas online e identificou o X, de Elon Musk, como principal ambiente de discussão política. Segundo o estudo, os temas que mais geram engajamento são desconfiança política, ceticismo dos eleitores e críticas à imprensa tradicional.

IA

O levantamento também mostra o peso de perfis sem identificação clara e de ferramentas de IA na formação da opinião pública. Entre os perfis mais influentes aparecem contas voltadas à divulgação de conteúdos eleitorais e o Grok, inteligência artificial da plataforma X. De acordo com os pesquisadores, o debate digital tem sido conduzido mais por disputas de narrativa e julgamentos instantâneos do que por propostas programáticas. A possível polarização entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro aparece em cerca de 21% das menções analisadas. O cenário reforça o papel das redes sociais como espaço central da pré-campanha de 2026 e acende alerta para o impacto da desinformação e da IA na formação do debate público.

Vaquinha eleitoral

Pré-candidatos às eleições de 2026 já poderão divulgar campanhas de financiamento coletivo pela internet a partir de 15 de maio. A "vaquinha eleitoral" permite arrecadar recursos de pessoas físicas para futuras campanhas. A legislação eleitoral autoriza a divulgação das plataformas de arrecadação durante a pré-campanha, desde que não haja pedido explícito de voto. Os valores arrecadados só poderão ser utilizados após o cumprimento das exigências legais, como registro da candidatura, emissão de CNPJ de campanha, abertura de conta bancária específica e emissão dos recibos eleitorais.

10% dos rendimentos

As doações devem ser feitas apenas por pessoas físicas e por meios rastreáveis, como Pix, transferência bancária ou cartão. A legislação também estabelece que cada eleitor pode doar até 10% dos rendimentos brutos declarados no ano anterior. As plataformas digitais utilizadas para arrecadação precisam ser

autorizadas pela Justiça Eleitoral e devem disponibilizar informações detalhadas das doações em tempo real, garantindo transparência e fiscalização. Os custos cobrados pelas empresas responsáveis pelas plataformas também precisam constar na prestação de contas da campanha.

ENTREVISTA - GILBERTO MARQUES NETO

“O produtor brasileiro está cada vez mais preparado”

Andréia Bahia

Em meio às transformações no agronegócio, a pecuária brasileira tem buscado mais eficiência, tecnologia e sustentabilidade para manter sua competitividade no mercado nacional e internacional. Em Goiás, um dos principais polos da produção pecuária do país, produtores vêm investindo em gestão, genética, manejo e inovação para enfrentar os desafios do setor e ampliar a produtividade. Nesta entrevista, o presidente da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA), Gilberto Neto, fala sobre o atual cenário da pecuária brasileira, os avanços conquistados nos últimos anos e as perspectivas para o futuro do setor. Ele também analisa o impacto das novas tecnologias, a importância da qualificação do produtor rural e o papel estratégico de Goiás no fortalecimento do agronegócio nacional.

TRIBUNA DO PLANALTO

O que o senhor destaca na Pecuária deste ano? Quais as principais novidades tecnológicas para o produtor rural?

GILBERTO MARQUES

Teremos toda uma programação voltada para as famílias, para os produtores rurais; sabemos que tradicionalmente a Exposição Agropecuária do Estado de Goiás tem a presença de animais, empresas, maquinários, toda uma parte de gastronomia, todas as associações da pecuária goiana presentes dentro do parque, exposições e este é um ano que tem superado os últimos anos todos pela grande quantidade de animais que vamos ter dentro do parque: equinos e bovinos do país todo. Estamos hoje com o ranqueamento especialmente da raça nelore muito concorrido, tem criadores de longe que estão disputando a liderança do ranking nacional juntamente com todos os goianos que também estão participando. Além de ovinos, vamos ter um ranqueamento nacional de equinos e, neste momento, está acontecendo a 59ª Exposição do Mangalarga Marchador, que vai até sábado; teremos uma grande cavalgada no sábado pela manhã e vamos passar pelas principais ruas da capital. Dia 14 inicia a nossa exposição agropecuária, vai ter a abertura oficial às 9 horas, e teremos um evento com toda uma programação de palestras técnicas, nosso museu agropecuário vai receber os visitantes, com a presença de carros de boi

com boi de tração, teremos nosso museu moendo cana e fabricando doces e toda uma atração muito especial que não vamos contar muito para não ficar dando spoiler e tirar o efeito surpresa também.

Quais as autoridades já estão confirmadas para abertura?

A gente sempre teve uma abertura oficial muito prestigiada pelos chefes dos poderes, os presidentes das entidades sempre prestigiam essa abertura, que é um momento emblemático para o nosso estado, a abertura do principal evento, a maior festa popular do nosso estado. É uma abertura que, além dos pecuaristas, a gente sempre conta com as principais autoridades, tanto das entidades classe do setor agropecuário como de áreas diversas do governo, do estado, do município. As associações comerciais e industriais sempre procuram estar presentes.

Como o senhor avalia o atual momento da pecuária brasileira em 2026? Quais são os principais desafios do setor hoje?

Dificuldades, crises, gargalos, a gente sempre vai se deparar por alguma razão, em algum momento. Hoje, estamos vivenciando um momento da pecuária muito especial, com a valorização da arroba pelo desabastecimento de proteína animal no mundo. O Brasil tem uma situação privilegiada, que são suas extensões de terra para produ-

ção
de



Fotos: Divulgação

Gilberto Marques

Presidente da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA)

gado de corte e de leite. Estamos vendo a agricultura com uma produção muito abundante, mas com todas as dificuldades. Temos visto grandes grupos, empresas ligadas ao setor agropecuário entrando com recuperação judicial e a nossa luta é constante para procurar defender e buscar alternativas para amenizar as dificuldades para os produtores rurais do nosso estado e de todo o país. Não se pode esquecer que o país depende do setor agropecuário para conseguir ter esse PIB que tem. E 30% do nosso PIB é decorrência das comercializações de produtos agropecuários, geração de emprego. O nosso setor tem carregado os países nas costas nos momentos mais difíceis e hoje a gente vê que o agronegócio está dependendo de apoio, especialmente do governo federal, para conseguir dar os próximos passos e avançar mais do que a gente tem feito. Da porteira para dentro, somos muito efi-

“ Não se pode esquecer que o país depende do setor agropecuário para conseguir ter esse PIB que tem. E 30% do nosso PIB é decorrência das comercializações de produtos agropecuário.”

cientes, somos competentes, nós produtores, mas a gente também precisa contar com apoio. E a gente até brinca que

se não puder ajudar, pelo menos não atrapalha.

A exportação de carne bovina segue como motor da pecuária brasileira. O Brasil ainda depende excessivamente do mercado externo?

O mundo inteiro está consumindo alimentos e o Brasil é o país mais preparado para esse abastecimento das necessidades alimentares do mundo. E mais que isso, é o único que tem condição de fazer isso em quantidade, qualidade, com qualidade sanitária. Estamos muito bem preparados, nosso país se cercou de todas as formas para mitigar riscos sanitários de doenças. Temos a vantagem de produzir carne a pasto, que é uma carne saudável, uma carne que é desejada pelo mundo. E nós alcançamos não só o mercado interno, mas também os mercados mais exigentes do mundo. O Brasil está preparado e tem procurado atender.



Como o senhor avalia a relação comercial com a China e quais riscos existem para o setor?

A relação comercial com a China é fundamental. O Brasil tem que procurar buscar não só a China, não tem que enxergar só a China, tem que pensar que todos os mercados são importantes. Nos maiores produtores de carnes, que são Brasil, Argentina, Estados Unidos e Austrália, houve um abate recorde de fêmeas e um desabastecimento da produção de bezerro, que é o boi de amanhã e que vai virar carne. Com isso, temos enfrentado uma deficiência de oferta de carne no mundo, de proteína animal, e o Brasil é o único país que tem condições de abastecer esse mercado mundial de forma competitiva, com produto de qualidade, livre de qualquer enfermidade para abastecer os mercados mais exigentes. Não só a China, mas também a União Europeia, o Oriente Médio, tem muitos mercados que a gente tem condições de atender com qualidade e quantidade.

Como o senhor avalia a interlocução do governo federal com esses novos mercados?

Tivemos episódios de órgão federal, que tem a função de promover os produtos brasileiros, falar bobagens, colocando nosso mercado em uma saia justa. O Brasil é o país que mais protege o meio ambiente; nós, produtores rurais, temos que resguardar áreas de nossas propriedades sem explorar, preservar uma porcentagem considerável das nossas áreas, imagina qual indústria vai fazer isso, qual produtor de carne de outros países que protege tanto o meio ambiente quanto o Brasil. E, no entanto, infelizmente, pessoas do próprio governo federal colocam o Brasil como um país que desmata, não preserva como deveria. Não pode colocar no mesmo balaio todos os produtores, porque a grande maioria dos produtores rurais faz como manda o figurino, protege o meio ambiente, que é a pecuária sustentável.

Existe hoje um conflito entre preservação ambiental e expansão da produção, ou é possível conciliar as duas agendas?

A lei é bem clara sobre qual a porcentagem que o produtor pode explorar da sua propriedade rural para conseguir explorar ao máximo a área que está disponível para ele.

A pecuária sustentável

ainda está restrita a grandes produtores? Os pequenos e médios conseguem ter uma pecuária sustentada na sua propriedade?

A gente tem os pequenos produtores e os grandes explorando suas propriedades, e claro que os grandes conseguem, através da tecnologia, aumentar a sua eficiência de uma forma muito maior. Mas sabemos que a produção leiteira, por exemplo, a comercialização corresponde a 70% de pequenos produtores. Não se pode desprezar a grande quantidade de pequenos produtores que estão trabalhando com a agricultura familiar e produzindo alimentos em grande quantidade para abastecer os mercados do nosso país, especialmente.

O acesso à tecnologia no campo ainda é desigual? O pequeno e o médio produtor conseguem acompanhar a modernização do setor?

A tecnologia está disponível para todos. Nós temos a exposição agropecuária acontecendo e a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura disponibiliza cursos e workshops e palestras técnicas dentro do evento; fora do evento disponibilizamos cursos do Serviço de Aprendizagem Rural do Senar, gratuitos. Não faltam oportunidades para reciclar conhecimento, para buscar informação e passar a ter conhecimento sobre as tecnologias que estão disponíveis. O que falta mais é vontade de aprimorar, de aumentar a eficiência e buscar o aumento de sua lucratividade.

A rastreabilidade do rebanho deve se tornar uma exigência cada vez maior. O produtor brasileiro está preparado para essa exigência?

Estamos preparados para os desafios que forem necessários para aumentar a nossa

Tivemos episódios de órgão federal, que tem a função de promover os produtos brasileiros, falar bobagens, colocando nosso mercado em uma saia justa. O Brasil é o país que mais protege o ambiente.

produção, aumentar a nossa lucratividade e atender os principais mercados. Não só a rastreabilidade. No momento em que a gente tinha a obrigação de vacinar, Goiás é um estado livre de vacinação de febre aftosa, acompanhei durante toda a minha vida, eu, com 47 anos, durante os meses de maio e novembro, a vacinação de todo o rebanho das nossas propriedades, e isso era um desafio. E a gente aproveitava esses maneiros para fazer todas as aplicações necessárias para mitigar prejuízos nas nossas criações. A rastreabilidade é só um manejo a mais, é um serviço a mais e que se ela for necessária, a gente está preparado e vamos fazer para atender o que for necessário para aumentar a qualidade, aumentar a confiança e a segurança do produto que vamos estar colocando no mercado.

O crédito rural disponível para a pecuária atende às necessidades do produtor?

Este ano os juros estão muito altos. Eu cheguei a viven-

ciar no ano passado diversos produtores tendo acesso a juros mais acessíveis, mas a gente tem visto que não basta ter um Plano Safra, ele tem que ser exequível. Ele não pode ser inadequado em relação a nossa capacidade de devolver esse dinheiro lá na frente. O endividamento que principalmente o agricultor vem enfrentando nos últimos anos colocou a nossa agricultura em situação terrível. A gente vê vários agricultores entrando com pedido de recuperação judicial, em função da valorização do grão de uns três, quatro anos atrás, quando muitos compraram máquinas caríssimas, muito mais caras naquele período em função da valorização que a agricultura teve, muita gente se endividou e a conta está chegando e esse agricultor não está conseguindo manter os seus arrendamentos, manter o padrão. A gente precisa buscar soluções para o nosso país, buscar governantes que tenham condições de enxergar a necessidade do setor agropecuário, esse setor que é tão importante para a economia do nosso país. Eu não consigo entender que o nosso setor, que é um setor tão relevante para o nosso país, possa ser tão discriminado e perseguido por este governo federal, que vem massacrando o agronegócio, colocando os agropecuaristas numa situação de falta de condições de continuar produzindo.

Goiás enfrenta desafios específicos em logística e infraestrutura para o escoamento da produção?

Eu vejo que não só o estado, mas o país, tem todas as condições de conseguir escoar suas produções e esse não é o nosso gargalo. O nosso gargalo é conseguir equilibrar as contas e seguir motivados a continuar no nosso setor. A gente vê muitos agropecuaristas que chegam

a pensar se continuam na atividade ou não, em função das dificuldades que vêm enfrentando por decisões que estão fora do nosso controle.

O clima tem impactado diretamente a produção pecuária? Como as mudanças climáticas afetam o setor?

Tem, é um fator determinante para o sucesso e a alta produção de safras diferentes. Teve um momento de El Niño há uns dois ou três anos, que o agricultor chegou, em determinadas regiões, a colher 30% do esperado em função de a chuva não ter caído com a frequência necessária ou esperada. Esse ano a gente passou um período de chuvas muito interessante, que possibilitou alta produtividade não só de produção de grãos, mas também de forragem para o gado se alimentar, mas já vem nos preocupando o segundo semestre sobre alguma modificação das condições climáticas. A gente teme chuvas inferiores ao que a gente viveu na última estação.

Se o senhor pudesse apontar prioridades para fortalecer a pecuária nos próximos anos, quais seriam?

A prioridade para fortalecer a pecuária, o agronegócio do nosso país, porque quando a gente fala do país, Goiás está andando junto, é colocar um presidente da República que tenha um olhar para o agronegócio, porque é o setor que influencia não só quem vivencia diretamente com o agro. Ele influencia aquele que não está diretamente ligado, mas que bebe uma xícara de café, que veste uma roupa produzida pelo agronegócio, que usa o combustível no seu carro, o etanol, e que tem toda a sua vida influenciada diretamente pelos alimentos que são servidos a sua família pelo setor agropecuário. E a gente não vai conseguir ter sucesso se tiver a continuidade do que a gente está vivenciando aí na nossa política nacional. Goiás é um modelo a ser seguido, tivemos um governador que foi aprovado com quase 90% e que está se disponibilizando como uma opção para assumir a Presidência da República. Eu não posso deixar de dizer que quando a gente procura soluções de melhorias, a gente não pode desprezar, porque o que está mais pesado para a gente é exatamente o que nós estamos vivendo. Nós não podemos mais continuar remando contra a maré.

Análise

ELEIÇÕES 2026

Endurecimento da cláusula de barreira
redesenha mapa partidário de 2026

Divulgação

Italo Wolff
wolffic@gmail.com

Com fusões, debandadas e o sufoco dos partidos médios, a corrida pelas bancadas federais aumenta o poder dos caciques

Em 2018, o Legislativo aprovou a minirreforma eleitoral com a intenção de estimular a fusão de siglas, reduzindo o número de partidos que atuam no Congresso. Deu certo: a regra já forçou a incorporação do PPL, PRP, PHS, Pros, PSC, Patriota e PTB. Em 2026, quando as regras estão mais rígidas do que na eleição passada, partidos precisarão melhorar seu desempenho em relação a 2022. Isso acontece em um cenário em que as siglas têm dificuldade para montar as chapas proporcionais e a extinção pode se acelerar.

Para receber verbas do fundo partidário e ter acesso ao tempo de propaganda no rádio e na televisão, os partidos políticos devem obter uma proporção mínima de votos e eleger um mínimo de candidatos. Essa proporção cresce ano a ano até chegar a 3% dos votos válidos por partido em 2030 e 15 deputados federais eleitos. Neste ano, são 2,5% e 13 eleitos.

O Podemos emplacou 12 deputados federais em 2022 — o suficiente para escapar da barreira em 2022, mas não o bastante para alcançar a régua de 2026. Tendo iniciado mas interrompido uma incorporação com o PSDB em 2025, o partido precisa melhorar o desempenho nestas eleições, e tudo indica que irá conseguir. Aproveitando migrações nas janelas partidárias, a agremiação conseguiu aumentar seu número de deputados federais com mandato para 27, mais três suplentes, e deve superar a barreira neste ano.

O PSDB elegeu 13 deputados em 2022 — a quantia limite. Entretanto, após a

incorporação fracassada com o Podemos, o PSDB realizou uma federação com o Cidadania, que também está fraturada. O diretório nacional do Cidadania aprovou o fim da federação em março deste ano e o partido, que foi o protagonista da política brasileira nos anos 90 e principal representante da oposição nos anos 2000, está sob risco de perder recursos eleitorais e espaço para propaganda política.

Para superar a cláusula de barreira, o Cidadania e PSB caminham para formalizar uma federação. O bloco subiria para a 8ª posição em recursos e tempo de propaganda, com 19 deputados federais. O prazo para que a federação valesse para 2026 venceu, era a primeira semana de abril, e agora as siglas devem unir-se apenas em 2030, caso os líderes partidários cheguem a um acordo sobre o alinhamento interno. Esta, aliás, foi a principal causa do rompimento da federação Cidadania-PSDB: a disputa dos líderes pelo controle do bloco.

A federação também foi a solução encontrada pelo PV e pelo PCdoB para superar a barreira, que formaram com o PT a segunda maior bancada da Câmara (80 deputados), atrás apenas de UB-PP. A superfederação UB-PP (Federação União Progressista), que não tem a cláusula de barreira como motivadora, conta com 109 deputados.

O PSOL elegeu 12 deputados federais, o bastante para

2022 mas insuficiente para este ano. Depois de rejeitar integrar a Federação Brasil Esperança por discordâncias internas com o PT, o partido decidiu reiterar a aliança com a Rede e tentar emplacar um parlamentar a mais do que no pleito passado para manter seu acesso ao fundo eleitoral e tempo de TV em 2030.

Por fim, há a Federação Renovação Solidária (PRD-Solidariedade). O PRD, que já é uma fusão entre Patriota e PTB para superar a cláusula de 2022, precisou buscar novo reforço no partido de Paulinho da Força, que já havia incorporado o PROS com o mesmo objetivo.

O PDT estava seguro, tendo emplacado 17 deputados federais em 2022, mas após uma debandada, conta com apenas 10 representantes com mandato. Após a evasão dos dois principais caciques, a situação do Partido Democrático Trabalhista em Goiás é simbólica da crise que vivem as siglas de tamanho pequeno e médio.

A única deputada federal do partido, Flávia Moraes, desde o começo do ano dá entrevistas falando sobre a dificuldade de montar chapas para deputado, sobre a dificuldade de atrair parlamentares para a sigla de esquerda em um estado conservador, e dizendo que gostaria de ser atendida pelo presidente nacional Carlos Lupi. Não tendo sido atendida, migrou, e levou consigo George Moraes (deputado

estadual e marido de Flávia).

Lupi transferiu para o diretório nacional todas as decisões sobre o diretório estadual, que se encontra à deriva. O vereador de Goiânia Juarez Lopes e o prefeito de Quirinópolis, Anderson de Paula, são cotados para assumir o comando do PDT. Mas, chegando ao meio do ano eleitoral nesta condição, qual a chance de sair daí uma chapa sólida para deputado federal?

DIFICULDADE NA MONTAGEM DE CHAPAS

A extinção dos nanicos trouxe vantagens como a redução do fisiologismo: o governo agora tem de dividir espaço com menos partidos em sua coalizão, precisando “comprar” o apoio de menos siglas. Agora, para ser eleito, é preciso que uma sigla estruturada invista conscientemente na formação de chapas, com menos espaço para aventureiros que podem consumir recursos de campanha sem gerar retornos no pleito seguinte.

Por outro lado, como fundo partidário e tempo de propaganda eleitoral dependem de assentos na Câmara dos Deputados, os partidos reservam seus melhores jogadores para disputar mandatos de deputado federal, e não de deputado estadual, ou vereador, e muito menos no Executivo. Soma-se a isso o fato de que a minirreforma eleitoral de 2018 pôs fim às coligações proporcionais — agora, não há mais “puxadores de

votos” que arrastam consigo candidatos menos votados.

Como resultado, os presidentes de partidos distribuem recursos preferencialmente para grandes nomes e para o cargo de deputado federal. Em grandes partidos, políticos já consolidados têm de concorrer entre si pelo espaço limitado, criando o processo de canibalismo eleitoral. As lideranças que já têm votos cativos se consolidam, os novos candidatos patinam.

Nas eleições para deputado estadual, que também seguem o sistema proporcional, as vagas pertencem aos partidos ou federações. O desempenho coletivo da chapa define a quantidade de cadeiras que o partido terá na Assembleia; entretanto, o sistema desestimulou a formação destes políticos regionais. Com a necessidade de o candidato atingir ao menos 10% do quociente eleitoral para assumir a vaga, está dada a dificuldade para a montagem de chapas.

EFEITOS COLATERAIS

Entre as desvantagens do sistema também está a concentração de poder nas mãos dos dirigentes partidários, que passam a decidir quase sozinhos quem serão os candidatos com acesso a plataformas eleitorais. Isso significa que as decisões do parlamentar podem não pertencer exatamente ao parlamentar, mas ao dono de seu partido. Políticos que sequer têm mandato, como Valdemar Costa Neto (PL), tornam-se mais responsáveis por decisões do que aqueles que têm votos.

Talvez, a principal consequência da cláusula de barreira seja a aceleração em direção ao bipartidarismo. Com os partidos menores perdendo espaço, eleitores sentem que seus candidatos preferidos não têm chances eleitorais. Esse fenômeno leva os eleitores a sentirem que precisam votar em um dos dois grandes partidos para impedir que um candidato de quem não gostam vença, resultando em “voto estratégico” em vez de voto de acordo com sua verdadeira preferência.

RESPONSABILIDADE

Goiás lidera avanço em gestão pública e solidez fiscal no país

Fotos: Secom

Estado foi o que mais evoluiu nos indicadores avaliados entre 2023 e 2025 no ranking do Centro de Liderança Pública (CLP), que mede a evolução dos estados no período



Ranking de Competitividade dos Estados - Eleições 2026 aponta Goiás em 1º lugar nacional em crescimento em Solidez Fiscal

Da redação

Goiás foi o estado que mais avançou em Gestão Pública no Brasil entre 2023 e 2025 no Ranking de Competitividade dos Estados - Eleições 2026, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) e divulgado na quarta-feira (6/5). O desempenho foi impulsionado pelo 1º lugar nacional em crescimento em Solidez Fiscal e pelo 2º lugar em crescimento em Eficiência da Máquina Pública no período.

O governador Daniel Vilela destaca que os resultados refletem a trajetória de fortalecimento da gestão pública em Goiás. “O nosso trabalho é marcado pelo equilíbrio das contas, aumento da capacidade de investimento e modernização administrativa. Implantamos uma política de responsabilidade fiscal, aliada à ampliação de investimen-

tos públicos”, ressalta.

Daniel Vilela acrescenta que os indicadores reforçam a consolidação de Goiás como referência nacional em gestão pública, “combinando equilíbrio fiscal, capacidade de investimento e melhoria da eficiência administrativa”.

O estudo avalia não apenas a posição atual dos estados, mas principalmente a

evolução e a capacidade de avanço das unidades da federação nos últimos anos. Em 2025, Goiás registrou a maior variação real de investimentos do Brasil, passando de R\$ 3,79 bilhões em 2024 para R\$ 7,21 bilhões em 2025 - crescimento de 90,35% em apenas um ano.

Os recursos foram direcionados para áreas estratégicas, como recuperação e

expansão de rodovias, mobilidade urbana, regionalização da saúde, modernização da rede estadual de ensino e fortalecimento da segurança pública.

O Estado também recuperou sua disponibilidade de caixa líquida, revertendo o cenário negativo existente até 2020 e encerrando 2025 com resultado positivo. Ao final do exercício, Goiás registrou R\$ 13,87 bilhões em caixa bruto. Após o pagamento de restos a pagar e demais obrigações, o caixa líquido disponível na entrada de 2026 ficou em R\$ 10,34 bilhões.

Ao longo do período, o governo utilizou parte da poupança acumulada em anos anteriores para quitar passivos e ampliar investimentos, mantendo o equilíbrio das contas públicas. A secretária da Economia, Renata Lacerda Noletto, pontua que “o resultado fiscal de 2025 não representa deterioração das contas públicas, mas uma decisão planejada que converteu o superávit acumulado em investimentos e melhoria da infraestrutura do Estado”.

DIVERSÃO

Governo de Goiás anuncia Arraiá do Bem 2026 no Estádio Serra Dourada

O Governo de Goiás anuncia para os dias 5, 6 e 7 de junho a segunda edição do Arraiá do Bem. A programação contará com apresentações de grandes nomes nacionais do forró e do sertanejo, como João Gomes, Mari Fernandes, Diego e Victor Hugo, Falamansa, Mastruz com Leite e Murilo Huff. O evento gratuito celebra as tradicionais festas de São João e será realizado no Estádio Serra Dourada, com apresentação de quadrilhas, comidas típicas, área de jogos e diversão para toda a população.

Na sexta-feira, dia 5, o Arraiá do Bem apresenta os shows de Zé Felipe, Mastruz com Leite e Murillo Huff. No sábado, dia 6, sobem ao palco o grupo Falamansa, o cantor Pablo e a rainha do piseiro, Mari Fernandes. No domingo, dia 7, Diego e Victor Hugo

abrem a rodada de shows e, na sequência, a banda Limão com Mel. O pernambucano João Gomes encerra o evento com um show que está rodando as grandes festas juninas no Norte e Nordeste do país.

Ao todo, seis grupos de quadrilha vão se apresentar durante os três dias. Um grande arraiá será montado na parte interna do estádio, com toda a infraestrutura para conforto e segurança do público. No palco, mais de 700 metros quadrados de LED e uma engenharia acústica de alta performance vão garantir aos fãs uma experiência perfeita durante os shows e apresentações de quadrilhas.

A entrada será gratuita, mediante doação de 2 kg de alimento não perecível. A plataforma para emissão de ingressos e os locais de entrega de alimentos serão divulgados

em breve, bem como horários e acesso do público ao estádio.

“O governador Daniel Vilela quer consolidar o que iniciamos no ano passado, que é marcar presença no calendário nacional do São João, com um grande evento que valoriza as tradições juninas em Goiás e oferece shows disputadíssimos pelos fãs, mas que no Arraiá do Bem são gratuitos para a população”, destaca o secretário da Retomada, César Moura.

INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE

A praça de alimentação do Arraiá do Bem terá uma novidade neste ano: um palco para shows pockets com artistas regionais, pensando no grande público que movimentou essa área na primeira edição. Ao todo, serão 50 barracquinhas para as comidas típicas.



Governo de Goiás anuncia nova edição do Arraiá do Bem com entrada gratuita

Parte das barracas será ocupada através de um edital de chamamento e uma cota será reservada para os microempreendedores do Crédito Social, que são trabalhadores em vulnerabilidade que se capacitaram pelo Colégio Tecnológico do Estado e foram contemplados com incentivo do governo estadual para começar a trabalhar por conta própria.

Pensando no avanço da política pública de emancipação financeira dos contemplados com o Crédito Social, o Governo de Goiás convidou o

Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) como parceiros para treinar os microempreendedores com técnicas de vendas, marketing e apresentação de produtos. A organização do evento também vai garantir a coleta seletiva e correta destinação dos materiais recicláveis que serão descartados no local.

A equipe da Secretaria da Retomada prepara o edital para ocupação das barracquinhas e também para captação de patrocínio, ambos serão divulgados em breve.

8 DE JANEIRO

Lei muda forma de cálculo e execução das penas

Joédson Alves/Agência Brasil



A nova forma de soma de penas deve beneficiar todos os condenados pelo STF pelos crimes de 8 de janeiro

Redução de pena de condenados não é automática e pedidos deverão ser analisados individualmente pelo STF

Carla Borges

A lei que diminui as penas de pessoas condenadas pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e pela tentativa de golpe de Estado, o PL da Dosimetria, vai mudar a forma de calcular e executar as penas em crimes contra o Estado Democrático de Direito, crimes previstos lá no Código Penal. A proposta voltou à pauta depois que o Congresso Nacional derrubou o veto do presidente Lula (PT) ao projeto de lei Como Lula se absteve de promulgar a lei e viajou para os EUA, onde se encontrou com o presidente Donald Trump, coube ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a promulgação, necessária para que a lei entre em vigor.

Diante de um processo eminentemente político em ano eleitoral, quando os nervos estão mais aflorados em clima de polarização, não demoraram as especulações sobre efeitos imediatos do novo marco legal. A condenada Débora Rodrigues dos Santos, a "Débora do Batom", condenada a 14 anos de prisão pela participação nos atos golpistas, chegou a apresentar pedido de revisão da

pena ao Supremo Tribunal Federal (STF) um dia depois da derrubada do veto. O pedido foi negado pelo ministro Alexandre de Moraes na segunda-feira (4) porque o projeto ainda não havia sido promulgado.

Quem tem pressa em ver os efeitos práticos da derrubada do veto ao PL da Dosimetria vai precisar de paciência. Isso porque o processo seguirá um rito próprio, que passará pelo STF. Cada caso será analisado individualmente. Não haverá redução automática da pena dos condenados pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de estado, associação criminosa armada e outros correlatos, como dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado, no caso, os palácios que são sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instalados na Praça dos Três

Poderes, em Brasília.

"Primeiro essa lei precisou ser promulgada e publicada para produzir efeitos, e depois disso também não vai haver aplicação automática", explica o advogado Pedro Paulo de Medeiros, conselheiro federal da OAB-GO. Ele explica que há particularidades na situação dos condenados e de quem ainda está sendo processado. Há decisões que ainda não transitaram em julgado, outros cumprem pena, mas ainda sem uma condenação. "A defesa vai ter de pedir para o Judiciário, o Ministério Público vai se manifestar e o juiz decide", esclarece Pedro Paulo, acrescentando que, nos casos de quem está condenado pelo STF, é o próprio Supremo quem vai analisar o caso.

"A lei penal mais benéfica (ao réu) retroage, sem dúvida, mas isso não significa liberação imediata ou recál-

culo automático, sem uma decisão judicial. O Judiciário tem de ser provocado e é ele quem vai analisar isso, em regra quem analisa isso é o juiz que está executando a pena". Pedro Paulo acredita que o Supremo vai atuar com cautela institucional. "Quando a lei for promulgada e publicada, passará a integrar o ordenamento jurídico brasileiro e terá de ser analisada tecnicamente. O Supremo pode eventualmente discutir uma constitucionalidade da norma, de algum trecho da norma, quando ela passar a valer, e aí os pedidos vão ser analisados individualmente", orienta.

O QUE MUDA

A nova forma de soma de penas deve beneficiar todos os condenados pelo STF pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de estado,

como aqueles do grupo principal, onde estão o ex-presidente Jair Bolsonaro, ex-ministros e ex-comandantes das Forças Armadas. Como a lei pode retroagir para beneficiar o réu, a nova regra implicaria a revisão do total para esses dois crimes, prevalecendo a pena maior (4 a 12 anos) por tentativa de golpe de Estado. Agravantes e atenuantes ainda serão aplicáveis sobre o cálculo.

"O PL prevê que, quando esses crimes ocorrerem no mesmo contexto, na mesma situação, as penas não sejam simplesmente somadas, que é o que no juridiquês nós chamamos de concurso material. Nesse caso, o réu recebe uma pena só e aí há um acréscimo fracionário pelos outros crimes", ensina o conselheiro da OAB-GO. Para ele, essa alternativa é muito melhor do que somar todas as penas de todos os crimes. "Pega-se uma pena só e aumenta frações pelos outros crimes que, em tese, estão ligados a ele".

Também o PL criou uma redução de pena de um terço a dois terços para quem atuou em contexto de multidão, mas tem uma exceção: não são contemplados os que tenham exercido liderança ou financiado os atos criminosos cometidos pela multidão. "A ideia é tirar das penas altas quem estava ali no meio da multidão, mas manter penas maiores para quem liderava ou financiava os atos. Ou seja, tecnicamente não é uma anistia, é um recálculo de pena, para tornar mais proporcional ao que foi feito pela pessoa", elucida Pedro Paulo

Texto aprovado evita que outros tipos de criminosos sejam beneficiados

Durante a votação do veto presidencial, o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre, decidiu considerar prejudicados os trechos do projeto que alteram os incisos 4 a 10 do artigo 112 da Lei de Execução Penal, sobre progressão de regime, por colidirem com a Lei Antifacção, sancionada em março deste

ano. Segundo ele, sua decisão se baseou no fato de o projeto da dosimetria não ter pretendido mudar os percentuais de cumprimento de pena no regime mais rígido para a progressão de regime de condenados por crimes hediondos (milícia, organização criminosa, feminicídio, por exemplo).

Pedro Paulo de Medeiros pondera que havia a preocupação de que o PL da dosimetria poderia beneficiar homicidas, estupradores ou condenados por crimes graves. Ele explica que o Congresso considerou prejudicados os trechos que poderiam flexibilizar essa progressão para crimes mais graves. "Essa lei

foi feita para o pessoal do 8 de janeiro, por isso fizeram uma limitação para não estender para outros tipos de crime", diz o advogado.

Ele lembra que a recente Lei Antifacção endureceu as regras para crime hediondo, feminicídio, milícia, organização criminosa. "Então, não se pode dizer que a lei automati-

camente vai beneficiar homicida e estuprador e a tendência é que esses crimes continuem submetidos a regras próprias. "E se for daqueles crimes de organizações criminosas, hediondos, feminicídio, milícia, vai ser aplicada essa lei mais nova que é a Lei Antifacção, que é duríssima", avalia Pedro Paulo.

ELEIÇÕES

Oposição ainda tenta encontrar caminho para enfrentar Daniel

Fotos: Divulgação

Wilder aposta na mobilização da direita conservadora, enquanto Marconi conta com a memória do “Tempo Novo”

Lucas de Godoi

A oposição em Goiás ainda não definiu quem terá condições reais de polarizar com Daniel Vilela em outubro, mas os movimentos de Wilder Moraes (PL) e Marconi Perillo (PSDB) já revelam estratégias distintas. Wilder antecipou a pré-campanha com encontros de mobilização do eleitorado conservador ligado ao bolsonarismo. Marconi, por outro lado, mantém articulações mais reservadas com antigos quadros tucanos, ex-prefeitos e lideranças tradicionais, apostando na memória administrativa e na experiência de gestão que representou o “tempo novo”.

A diferença entre as duas movimentações acaba revelando também leituras distintas sobre o atual momento político de Goiás. No entorno de Wilder, prevalece a avaliação de que o crescimento da direita conservadora no estado alterou de forma estrutural o ambiente eleitoral e abriu espaço para uma candidatura mais ideológica, menos dependente de estruturas partidárias tradicionais e mais conectada ao eleitorado bolsonaris-



Movimentações de Wilder e Marconi expõem leituras diferentes sobre o eleitorado goiano

ta do interior. A estratégia do senador passa justamente por ocupar esse espaço antes que sejam cooptados para outro projeto.

Já no grupo de Marconi Perillo, a percepção é de que ainda existe um eleitorado relevante menos mobilizado por pautas ideológicas e mais atento à comparação entre gestões, capacidade administrativa e experiência política. Por isso o ex-governador intensificou entrevistas à imprensa, evita antecipar decisões importantes, como a escolha do nome para vice-governadoria, e mantém um ritmo mais cauteloso de articulação, apostando que o ambiente eleitoral ainda será influenciado pela disputa presidencial,

pelo desgaste natural do governo ao longo do mandato e pela reorganização das forças políticas no estado.

Essa diferença de estratégia ajuda a explicar por que os dois grupos hoje praticamente conversam com públicos distintos dentro da oposição. Wilder repercute mais entre setores conservadores, ligados ao agronegócio, segurança pública e pautas de costumes. Marconi ainda mantém alguma presença entre lideranças tradicionais do interior, antigos prefeitos, quadros históricos da política estadual e setores que viveram os ciclos administrativos tucanos em Goiás.

RACHA

O problema para Wilder

é que parte importante da disputa parece ocorrer dentro do próprio campo conservador antes mesmo de alcançar efetivamente o governo estadual. A crise envolvendo os deputados estaduais Major Araújo e Amauri Ribeiro na Assembleia Legislativa acabou expondo publicamente essa tensão. O confronto começou após Amauri atacar Wilder da tribuna e acusar o senador de ter se afastado de pautas ligadas ao bolsonarismo ao não participar da votação envolvendo Jorge Messias no STF.

A reação de Major Araújo elevou ainda mais o desgaste interno do PL ao acusar Amauri de atuar alinhado ao governo dentro

do partido. Nos bastidores, aliados de Wilder interpretaram o episódio como sinal de uma disputa mais profunda pelo controle político da direita em Goiás e passaram a reforçar a narrativa de que setores próximos ao Palácio das Esmeraldas trabalham para fragmentar a oposição conservadora antes do início formal da campanha.

Enquanto isso, Daniel acompanha um cenário em que a oposição continua sem um antagonismo claramente consolidado. A disputa, neste momento, parece menos centrada em nomes e mais na tentativa de entender qual eleitorado será predominante em Goiás nestas eleições.

PT ainda não definiu quem representará palanque de Lula

A pouco mais de três meses da definição das candidaturas, o PT ainda não consolidou um nome para disputar o governo de Goiás e representar o palanque do presidente Lula no estado. Apesar de o lulismo manter presença eleitoral em segmentos urbanos, movimentos sociais e parte do funcionalismo público, o partido segue sem uma candidatura estadual claramente estruturada para este ano.

Nos bastidores, o nome mais lembrado continua sendo o da deputada federal Adriana Accorsi, principalmente pelo desempenho eleitoral recente e pela identificação histórica com o partido. Ainda assim, ela não se empolga com a ideia, enquanto interlocutores petistas reconhecem que Goiás se tornou um ambiente difícil para a esquerda nos últimos anos.

Um núcleo do PT também

defende que a legenda evite isolamento político e busque construir alianças mais amplas no campo de centro-esquerda, inclusive com Marconi Perillo, sobretudo se a disputa estadual caminhar para uma polarização mais forte entre o grupo governista e setores ligados ao PL.

Enquanto lideranças nacionais ainda costumam uma alternativa, setores da base defendem que a legenda fortaleça nomes que já

demonstraram interesse na disputa. Entre eles estão o advogado Valério Luiz Filho, o ex-deputado estadual Luis Cesar Bueno e o jornalista Cláudio Curado.

Valério Luiz, inclusive, sustentou à Tribuna que o PT já fechou questão sobre candidatura própria ao governo e rejeitou qualquer composição em que o partido não lidere a chapa. Segundo ele, alianças dependeriam necessaria-

mente de apoio explícito ao presidente Lula em Goiás.

Já Cláudio Curado passou a defender publicamente que a executiva estadual acelere a definição sobre o projeto majoritário do partido porque considera que a demora encurta o tempo de pré-campanha e dificulta a construção de uma candidatura competitiva diante do grupo governista e da reorganização da direita no estado.

APARECIDA DE GOIÂNIA

De cidade dormitório a protagonista industrial

Divulgação

Aparecida completa 104 anos crescendo e disputando lugar de destaque na economia de Goiás

Carlos Nathan Sampaio

Por muitos anos, Aparecida de Goiânia carregou o rótulo de “cidade dormitório”, já que, colada à capital goiana, o município era visto como lugar de moradia de quem atravessava diariamente a BR-153 para trabalhar em Goiânia. O cenário, porém, mudou. Às vésperas de completar 104 anos, nesta segunda-feira, 11 de maio, Aparecida vive um dos momentos mais importantes de sua história econômica, marcado pela expansão industrial, crescimento comercial e fortalecimento da capacidade de atrair investimentos.

Hoje, Aparecida não é apenas uma extensão urbana da capital. O município se consolidou como um dos principais polos de desenvolvimento de Goiás e disputa protagonismo nos setores industrial, logístico e empresarial do estado. Nos últimos anos, a cidade acelerou a chegada de empresas, ampliou polos industriais, fortaleceu a infraestrutura urbana e passou a investir em modernização administrativa e segurança jurídica para o setor produtivo.

Um dos maiores símbolos dessa transformação é o Distrito Agroindustrial Norberto Teixeira (Dianot), considerado um dos principais projetos de expansão industrial em andamento em Goiás. Aguardado há quase duas décadas, o distrito finalmente saiu do papel e avança para a etapa final de implantação.

Com área de aproximadamente 2 milhões de metros quadrados e 359 lotes, o Dianot deve receber cerca de 100 indústrias e gerar aproximadamente 16 mil empregos diretos e indiretos. O empreendimento já tem 84 empresas



O Distrito Agroindustrial Norberto Teixeira (Dianot) é um dos principais fatores que têm feito com que Aparecida desponte economicamente em Goiás

selecionadas por meio de edital público com critérios técnicos voltados à viabilidade dos projetos, inovação e capacidade de geração de empregos.

Nesta semana, o presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (Codego), Luiz Antônio Rosa, visitou as obras do distrito e destacou o avanço da infraestrutura, afirmando que o espaço foi planejado para atrair novos investimentos e ampliar a capacidade produtiva do estado. A expectativa é que as primeiras empresas comecem a operar ainda no segundo semestre deste ano.

As obras já estão em estágio avançado. As redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e galerias pluviais foram concluídas integralmente. A Estação de Tratamento de Esgoto atingiu 82% das obras, enquanto a pavimentação chegou a 74%, a terraplenagem alcançou 76% e a rede elétrica e iluminação pública já executou 73% do cronograma.

A diversidade das empresas selecionadas reforça o novo perfil econômico da cidade, envolvendo segmentos como alimentos, logística, construção

civil, tecnologia, biotecnologia, cosméticos, metalurgia, indústria automotiva e equipamentos hospitalares. Além de ampliar a capacidade industrial do município, o Dianot deve movimentar diretamente o comércio e o setor de serviços, criando um efeito em cadeia na economia local.

Essa transformação econômica ocorre em paralelo a uma reorganização administrativa da cidade. Desde 2025, a atual gestão municipal trabalha na recuperação financeira do município após herdar uma dívida superior a R\$ 500 milhões. Segundo a Prefeitura, mais de R\$ 300 milhões já foram quitados, permitindo o equilíbrio das contas públicas e a retomada da confiança de investidores.

A reorganização financeira abriu espaço para novos investimentos e para o avanço de projetos considerados estratégicos. Em 2025, o município licenciou 12 grandes loteamentos, entre industriais e residenciais, fortalecendo a expansão urbana planejada e estimulando novos empreendimentos. Outro ponto que ajudou a acelerar o crescimento econômico foi o programa Aparecida Digital, que modernizou processos

administrativos e já contabiliza mais de 7,8 mil análises de uso do solo, facilitando a abertura de empresas e reduzindo burocracias para investidores.

Além do Dianot, Aparecida também fortalece seus polos empresariais já consolidados. Em abril, a Prefeitura entregou 12 escrituras definitivas a empresas instaladas no Polo Empresarial Goiás e no Polo Industrial Vice-Presidente José Alencar. A medida integra o programa municipal de regularização fundiária dos distritos industriais e oferece mais segurança jurídica para empresários ampliarem investimentos e acessarem financiamentos.

Enquanto a economia avança, a cidade também busca melhorar indicadores urbanos e sociais. Nos últimos meses, Aparecida ampliou investimentos em infraestrutura, educação, saúde e segurança pública. Entre as principais ações estão a duplicação das pontes das avenidas Casemiro de Abreu e Uirapuru, recuperação de mais de 200 quilômetros de vias e modernização da iluminação pública, que passou a contar com 64 mil pontos em LED.

Na área social, a Pre-

feitura destaca a construção de 768 apartamentos destinados à população de baixa renda, climatização das salas de aula da rede municipal, entrega de uniformes e kits escolares e redução das filas de cirurgias eletivas. A segurança pública também apresentou melhora, com redução superior a 40% nos índices de criminalidade.

A comemoração dos 104 anos da cidade deve reunir milhares de pessoas na Avenida Independência, em frente ao Aparecida Shopping, na região do Parque da Família. A programação começa às 8h com desfile cívico, apresentações culturais e participação de bandas marciais escolares e forças de segurança. Após o tradicional “Parabéns”, serão distribuídos 5 mil bolos de pote para a população.

Agora, aos 104 anos, a cidade que durante décadas cresceu à sombra da capital constrói protagonismo próprio. Aparecida tenta consolidar uma imagem diferente daquela que marcou parte de sua história: a de um município que deixou de apenas acompanhar o desenvolvimento de Goiás para se tornar um dos motores da economia do estado.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

De déficit a superávit. Entenda os balanços de Vila, Goiás e Atlético

Os representantes do futebol goiano na série B do campeonato brasileiro apresentaram seus balanços financeiros referentes à temporada de 2025, com destaque negativo do Goiás Esporte Clube, que divulgou um déficit de pouco mais de R\$ 98 milhões, enquanto o rubro-negro foi o único da capital a fechar o ano com superávit. Entre os números divulgados pelos clubes, o mais preocupante fica em torno do clube da Serrinha. Em 2024, o Goiás havia apresentado um déficit de R\$ 69 milhões, mas o balanço apontou uma piora para 2025, quando o valor subiu para R\$ 98 milhões.

O custo do futebol do Goiás em 2025 foi de pouco mais de R\$ 100 milhões, sendo R\$ 23 milhões a mais do que em 2024. As despesas administrativas também tiveram um aumento de pouco mais de R\$ 6 milhões. No relatório do auditor independente, o valor

do déficit foi apontado, além de outros assuntos descritos, que fizeram a empresa levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do clube. A administração do Goiás Esporte Clube concluiu que a utilização da base contábil é apropriada para a continuidade operacional.

DEFICIT TAMBÉM NO VILA

O Vila Nova foi o primeiro clube a divulgar o balanço financeiro, antes da data limite, prevista para 30 de abril. O alvirrubro, assim como o rival Goiás, também teve um déficit, porém muito menor do que o rival esmeraldino. O Tigre terminou 2025 com um resultado negativo de R\$ 2,8 milhões. Apesar de terminar no déficit, esse número significa uma melhora nas finanças do Vila Nova, que em 2024 havia negativado em R\$ 5,4 milhões, ou seja, houve uma melhora de 47,1% no balanço financeiro

entre as duas temporadas. O faturamento total do Vila em 2025 foi de R\$ 47,4 milhões, enquanto o custo esportivo (o maior entre as gestões de custo), foi de R\$ 35,5 milhões. O investimento no elenco foi de R\$ 18,5 milhões, registrando quase o dobro de 2024.

SUPERÁVIT NO ATLÉTICO

O Atlético Goianiense foi o único clube da capital a terminar com superávit de R\$ 687 mil. O Dragão conseguiu reverter o déficit de 2024, quando negativou em R\$ 45 milhões. Desde 2019, o rubro-negro só apresentou resultados negativos, no entanto, no último ano, terminou a temporada com um balanço financeiro positivo. O Atlético conseguiu um acréscimo nas receitas referentes a negociação de atletas, chegando a marca de R\$ 37 milhões. Jogadores como Gabriel Baralhas, Ronaldo e Alix foram os principais nomes que deixaram o Dragão,



Fotos: Divulgação

Resultados negativos preocupam Goiás e Vila Nova

sendo negociados com o Vitória, Bahia e Red Bull Bragantino, respectivamente.

Mesmo apresentando resultados interessantes em seu balanço, o Atlético foi punido com o Transfer Ban da Fifa e está impedido de contratar e registrar jogadores nas próximas três janelas. A sanção se refere a dívidas com o jogador Alejo Cruz, mas a diretoria do clube de Campinas já avisou que pretende recorrer da punição. Alejo Cruz atuou pelo Atlético Goianiense entre os anos de 2024 e 2025. Fez 75 jogos pelo clube e marcou seis gols. No primeiro ano vestindo a camisa atleticana, o atacante fez bons jogos, mas o clube acabou sendo rebaixado para série B. Em 2025, Alejo perdeu espaço, não se firmou e dei-

xou o rubro-negro no mês de julho. Na época, a diretoria não dificultou sua saída, por entender que seu rendimento estava abaixo das expectativas do clube.

Posteriormente, Alejo Cruz acionou o Atlético Goianiense na justiça, cobrando dívidas trabalhistas. Adson Batista alega que o jogador "abandonou" o clube e que, neste momento, há uma disputa judicial entre as partes. Os valores cobrados por Alejo Cruz não foram divulgados. Para se ver livre do Transfer Ban, o Dragão precisa quitar a dívida com o atleta e comunicar à Fifa para que a sanção seja suspensa até a próxima janela de transferências, que ficará aberta entre o dia 20 de julho até 11 de setembro.

Expulsões preocupam clubes goianos na série B

O grande número de expulsões tem sido um fator de muita preocupação para Goiás, Vila Nova e Atlético na temporada, resultando na queda de produção das equipes na competição, especialmente o clube da Serrinha, que despencou das primeiras colocações para a zona de rebaixamento. A equipe sofreu expulsões decisivas em partidas cruciais, como no jogo contra o Juventude, quando dois jogadores foram expulsos e na derrota por goleada para o Fortaleza, complicando a sequência da

equipe na série B.

O centroavante Dellatorre desfalcou o Vila no clássico contra o Goiás. Sua pena foi reduzida de três para uma partida. O jogador havia sido punido pela expulsão na partida contra o Confiança, pela Copa do Brasil. Como o Vila já foi eliminado da competição, passou a valer para os torneios organizados pela CBF, como a Série B. No Atlético Goianiense, até o momento não foram registradas expulsões de grande impacto na atual temporada, mas os meias Cristiano e

Igor Henrique cumpriram suspensão automática e fizeram falta ao Dragão na partida contra o Ceará.

No Goiás, Diretoria e Comissão Técnica continuam analisando e buscando respostas para a queda de produção do time na competição. Um dos fatores detectados é justamente o alto número de jogadores expulsos. Um trabalho com o grupo já está sendo desenvolvido com a finalidade de colocar um ponto final nessa questão. Cada jogador que fica fora prejudica todo o

elenco. Além de terminar a partida com inferioridade numérica, existe a suspensão automática no jogo seguinte e possíveis suspensões no julgamento do atleta expulso.

Contra o Juventude, o lateral direito Rodrigo Soares e o atacante Esli Garcia foram expulsos. Esli Garcia recebeu cartão vermelho depois de cometer uma infração infantil e desnecessária. Mas Rodrigo Soares fez mais falta, porque seu substituto, Diego Caito, passou por uma cirurgia, deixando o Goiás sem nenhum jogador da posição



Rodrigo Soares: expulsão prejudicou o Goiás

para o jogo seguinte contra o Cuiabá. O técnico Daniel Paulista optou pela improvisação do zagueiro Luisão na posição e o resultado foi mais uma derrota para o fraco time do Cuiabá.

✓ Episódio lamentável a briga de Neymar com Robinho Junior no treino do Santos. Queriam publicidade, ganharam. Para Neymar, craque consagrado, foi um enorme desgaste. Para Robinho Junior, foi promoção. Dizem que o filho de Robinho é superprotegido pela mãe, o que pode ser prejudicial à sua carreira.



Neymar, fase ruim e indisciplina. Não deve ser convocado

- ✓ Neymar deve ir para a Copa do Mundo? Claro que não. Aos 34 anos, com as escolhas que fez na vida, não tem mais condições de jogar em alto nível. Sem explosão, com condição física que não lhe permite mais fazer o que já fez no início da carreira, não vai contribuir em nada com a seleção brasileira.
- ✓ Com Guto Ferreira no comando técnico, a torcida do Vila vive o momento de maior esperança de conseguir o sonhado acesso à Série A. Guto Ferreira tem cinco acessos na carreira, com a Ponte Preta, Bahia, Internacional, Sport e Remo. Ele lembra que subiu também da série D para a série C com o Mogi Mirim, no início de sua carreira.
- ✓ O atacante Halerrandrio, de 19 anos, que está emprestado ao Palmeiras até o dia 30 de junho, não será comprado

- pelo time paulista. A equipe tem a opção de adquirir em definitivo 50% do passe do atleta por R\$ 6 milhões, mas já sinalizou que não tem interesse em permanecer com o jogador.
- ✓ Anselmo Ramon, com seus 37 anos, parece não ter mais mobilidade para disputar uma série B. Cadu, seu substituto, embora jovem, não apresenta qualidade para vestir a camisa titular do Goiás.
- ✓ O Vila Nova foi derrotado em primeira instância no processo movido pelo ex-goleiro Maurício Kozlinski, que reivindica a quantia de R\$ 1 milhão que o jogador entende não ter recebido do clube. O Vila deve recorrer.
- ✓ O volante Geovane, do Atlético, realizou uma artroscopia nos dois joelhos na

- última segunda-feira. O jogador deverá ficar afastado dos campos por aproximadamente trinta dias.
- ✓ A primeira partida da decisão do campeonato paulista da série A2, entre Juventus e Ferroviária, terminou em 0 a 0. A decisão fica para a próxima semana em Araraquara.
- ✓ A Ferroviária precisa de um novo empate para se sagrar campeã da série A2 do Paulistão. As duas equipes estão classificadas e disputam a primeira divisão do campeonato paulista em 2027.
- ✓ Thiago Carvalho e Luis Gustavo, técnico e auxiliar técnico goianos, estão no comando do "Moleque Travesso", que volta à elite do futebol do Estado de São Paulo depois de 19 anos.

ESCOLA

SEM ACORDO

Educação de Goiânia entra em greve após impasse entre servidores e Prefeitura

Divulgação/Sintego

Paralisação começa no dia 12 e reúne reivindicações salariais, cobrança por melhores condições de trabalho e críticas à possível terceirização da merenda escolar



Mobilização da Educação municipal ganha força em Goiânia com aprovação de greve pelos servidores

Dhayane Marques

Professores e servidores administrativos da rede municipal de Educação de Goiânia decidiram entrar em greve a partir da próxima terça-feira, 12. A decisão foi aprovada em Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás, realizada nesta quinta-feira, 7, no Cepal do Setor Sul, após o sindicato apontar a falta de avanços nas negociações com a Prefeitura de Goiânia.

A paralisação reúne uma série de reivindicações da categoria, entre elas o pagamento do piso salarial do magistério, progressões atrasadas, reestrutura-

ção do plano de carreira dos administrativos, pagamento da data-base, enquadramento funcional e melhores condições de trabalho nas unidades escolares.

Em entrevista exclusiva à Tribuna do Planalto, a presidenta em exercício do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego) e vereadora por Goiânia, Ludmylla Moraes, que também ocupa a presidência da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Goiânia, afirmou que a greve é resultado de um acúmulo de insatisfações

da categoria.

“A lei estabelece o pagamento do piso em janeiro e até hoje o prefeito não cumpriu”, declarou. Segundo ela, há servidores administrativos recebendo apenas um salário mínimo e progressões funcionais atrasadas há mais de três anos. “Nenhuma diarista nessa cidade ganha menos que um administrativo da Educação”, criticou.

O sindicato também denuncia sobrecarga de trabalho e adoecimento entre os profes-

sionais da rede municipal. De acordo com Ludmylla, há unidades escolares operando com déficit significativo de servidores. “Tem trabalhador fazendo serviço por dois ou três. Isso é economia que a prefeitura está fazendo às custas da saúde das pessoas”, afirmou.

Outro ponto de tensão apontado pela dirigente sindical é a relação entre a categoria e a administração municipal. Segundo ela, as tentativas de diálogo não avançaram nos últimos meses.

Do outro lado, a Prefeitura afirma que mantém diálogo aberto com os trabalhadores e destaca investimentos recordes na área da Educação. Segundo a administração municipal, 25,31% do orçamento de 2025 foi destinado ao setor, superando o mínimo constitucional de 25%.

A gestão do prefeito Sandro Mabel afirma ainda ter garantido o pagamento do piso salarial nacional dos professores e da data-base dos administrativos em 2025, além de investimentos em infraestrutura escolar e repasses diretos às unidades.

O secretário-executivo da Secretaria Municipal de Educação (SME), Jaime Ricardo Ferreira, afirmou que a Prefeitura busca conciliar as demandas da categoria com a manutenção das atividades escolares. “A SME está aberta ao diálogo, buscando caminhos para que as nossas crianças tenham a escola que elas precisam”, afirmou.

A administração municipal informou ainda que prepara o envio à Câmara Municipal dos projetos relacionados ao reajuste do piso e da data-base de 2026. Segundo a Prefeitura, medidas administrativas e jurídicas também deverão ser adotadas para minimizar os impactos da greve nas escolas municipais.

Merenda escolar vira novo foco de embate entre Sintego e Prefeitura de Goiânia

A possível terceirização da merenda escolar se transformou em um dos principais pontos de conflito entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego) e a Prefeitura de Goiânia durante a mobilização da categoria da Educação.

O tema ganhou força após uma audiência pública realizada na Câmara Municipal de Goiânia, organizada pelo sindicato para discutir os impactos da proposta. Participaram do debate representantes da comunidade escolar, nutricionistas, conselhos de alimentação escolar, sindicatos e entidades ligadas à agricultura familiar.

O posicionamento do sindicato foi contrário à terceiriza-

ção. Para a presidenta em exercício do Sintego, Ludmylla Moraes, a medida pode comprometer tanto os trabalhadores quanto os estudantes. “Todas as vezes que se terceiriza o serviço, precariza a relação de trabalho”, afirmou.

Segundo Ludmylla, além da possibilidade de redução de concursos públicos, a terceirização pode afetar diretamente a qualidade da alimentação servida nas escolas. “A qualidade da merenda, onde tem terceirização, só tem piorado”, declarou.

Durante a audiência, representantes do sindicato citaram experiências de municípios vizinhos como exemplo de dificuldades enfrentadas após mudanças no modelo de gestão da alimentação escolar.

A preocupação também envolve o impacto sobre merendeiras e trabalhadores ligados à alimentação escolar, que temem perda de direitos e insegurança profissional.

Como encaminhamento, o sindicato criou uma comissão formada por merendeiras para dialogar com famílias e comunidades escolares sobre os possíveis efeitos da medida.

A Prefeitura de Goiânia, por sua vez, afirma que não há decisão definitiva sobre o assunto e que estudos técnicos estão sendo realizados pela Secretaria Municipal de Educação. Até o momento, a administração municipal não confirmou oficialmente a implementação da terceirização da merenda escolar na capital.

EXAME

Inscrições para o Encceja 2026 seguem abertas até 15 de maio

Estão abertas as inscrições para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) 2026. O prazo começou no último dia 4 de maio e segue até o dia 15, às 23h59, no horário de Brasília. A participação é voluntária e gratuita. Os interessados devem realizar a inscrição exclusivamente pela internet, por meio do site oficial do exame https://enccejanacional.inep.gov.br/encceja/?utm_source=chatgpt.com#/inicial.

O Encceja é destinado a jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade adequada. Para participar, é necessário ter pelo menos 15 anos completos para certificação do ensino fundamental e 18 anos completos para o

ensino médio até a data da prova.

No ato da inscrição, o candidato deve informar CPF, data de nascimento, nível de ensino desejado, instituição certificadora e o município onde pretende realizar o exame. Segundo Istela Ferreira, o Encceja representa uma oportunidade de retomada da trajetória educacional e ampliação das oportunidades no mercado de trabalho. A gerente também reforça a importância de atenção aos prazos para garantir a participação no exame.

Mais informações sobre locais de prova, estrutura da avaliação e divulgação dos resultados podem ser consultadas no edital oficial: Edital do Encceja 2026: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-27-de-30-de-marco-de-2026-696446063>.